COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 3.667, DE 2004

Altera o Código Civil e dispõe sobre as sociedades empresárias.

Autor: Deputado LUIZ CARLOS HAULY

Relator: Deputado MENDES RIBEIRO FILHO

I - RELATÓRIO

Encontra-se no âmbito desta Comissão o Projeto de Lei nº 3.667, de 2004, de iniciativa do Deputado Luiz Carlos Hauly, cujo teor visa a modificar diversos dispositivos relativos às sociedades limitada e anônima contemplados no Código Civil - Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (artigos 1.052, 1.053, 1.072, 1.076, 1.078, 1.079, 1.085, 1.086 e 1.089), bem como a dispor sobre os feitos de dissolução das sociedades e de resolução delas em relação a um dos sócios, estabelecendo regramento processual para tais ações judiciais.

Mediante a alteração proposta do texto do art. 1.052 do Código Civil, pretende o autor estabelecer que a responsabilidade de cada sócio de sociedade limitada ficará restrita ao valor de suas cotas, respondendo todos solidariamente pela integralização do capital social apenas em caso de falência, tal como se previa na legislação em vigor anteriormente ao advento da aludida codificação (art. 9º do Decreto nº 3.708, de 1919).

A pretendida modificação do texto do art. 1.053 do Código Civil dirige-se, por sua vez, a reintroduzir no ordenamento jurídico também a norma prevista no art. 18 do Decreto nº 3.708, de 1919, que determinava a aplicação subsidiária da Lei das Sociedades Anônimas nas

omissões do contrato social das sociedades limitadas. No texto sugerido, também são expressamente mencionados dispositivos do próprio Código aos quais as sociedades limitadas permanecerão sujeitas, muito embora estes se encontrem abrigados em outros capítulos (artigos 1.010, 1.024 e 1.028 a 1.038 do Código Civil).

Almeja-se ainda por intermédio do projeto de lei em tela a alteração do *caput* do art. 1.072 do Código Civil e do respectivo § 1º com vistas a tornar facultativo que as deliberações dos sócios de sociedades limitadas sejam tomadas em assembléias ou reuniões de sócios. De acordo com o teor do projeto, caberá ao contrato social da sociedade limitada estabelecer se as deliberações dependem da rígida formalização do evento sob forma de assembléia ou reunião ou se podem ser levadas a registro simplesmente mediante qualquer instrumento escrito.

Prevê, outrossim, o texto do proposição em questão a modificação da redação do art. 1.076 do Código Civil com o escopo de se eliminar os diferentes quóruns de deliberação dos sócios de sociedades limitadas estabelecidos em seus incisos, os quais seriam então suprimidos, unificando-se todos aqueles em um só critério, qual seja, o de votos correspondentes a mais da metade do capital social, salvo se houver cláusula do contrato social que exija quórum maior.

Outra alteração prevista no projeto de lei em exame se refere ao texto do *caput* do art. 1.078, por meio da qual se quer restringir a obrigatoriedade nele referida de realização de assembléia anual tão somente para as sociedades limitadas compostas por mais de dez sócios.

No texto do art. 1.079 do Código Civil, propõe-se modificação com vistas a suprimir disposições idênticas, posto que aquela nele atualmente prevista consubstancia mera repetição do disposto no art. 1.072, § 6º, do mesmo diploma legal. Além disso, busca-se introduzir em seu lugar norma que suprirá lacuna no direito societário brasileiro relativa à sociedade limitada de participação, cujo texto prevê que, se houver empate em suas deliberações acerca do voto a ser proferido em reunião ou assembléia de uma sociedade controlada, cada sócio da primeira poderá, exibindo a ata que comprova o impasse, participar da reunião ou assembléia da segunda e nela exercer o direito de voto correspondente às quotas ou ações de titularidade da

controladora em quantidade proporcional à participação societária por ele nela detida.

Mediante a alteração almejada do *caput* do art. 1.085 e do respectivo parágrafo único do Código Civil, busca-se adotar, para a exclusão de sócios, a mesma sistemática que no projeto de lei em tela se propõe reintroduzir para as demais deliberações sociais por intermédio da redação sugerida para o art. 1.076 do mesmo diploma legal.

Sugere-se ainda, no âmbito do projeto de lei em exame, a modificação do art. 1.086 do Código Civil com vistas à instituição de norma que discipline o cálculo da participação societária a que terá direito o sócio em relação ao qual a sociedade foi resolvida (em caso de falecimento, expulsão ou exercício do direito de retirada). Estabelece-se, nos incisos acrescentados, o critério do cálculo do valor patrimonial das quotas (inciso I), o de elaboração do balanço de determinação que apurará esse valor (inciso II) e o que restringe os efeitos deste instrumento contábil para as relações societárias.

No âmbito do art. 1.089 do Código Civil, busca-se especificar por meio da alteração proposta quais os artigos do Código Civil que são aplicáveis às sociedades anônimas em razão de omissões da lei especial de regência deste tipo societário.

Em seguida, nos artigos 2º a 12 do projeto de lei, busca o autor principalmente substituir as normas processuais existentes que regem a ação judicial de dissolução de sociedade e se encontram ainda em vigor do antigo Código de Processo Civil de 1939.

Uma das inovações almejadas diz respeito à disciplina da “ação de resolução de sociedade em relação a um dos sócios”. A lei não disciplina a matéria e os tribunais têm se valido da interpretação analógica do disposto sobre a ação de dissolução para preencher a lacuna, cogitando, sem extremo rigor técnico, de dissolução total e parcial e albergando, pois, nesta última categoria a hipótese não disciplinada de resolução.

Outra novidade é a proposta nos §§ 1º a 4º do art. 2º do projeto de lei. Neles, passaria a se admitir, nas ações de direito societário disciplinadas, que qualquer ato extrajudicial de cientificação do demandado produza os mesmos efeitos da citação, alegando o autor, em defesa de tal medida, que, tratando-se de ações em que litigam empresários, sociedades

empresárias e sócios de sociedades empresárias, tendo em vista o perfil destas partes, não haveria razões para se negar plena eficácia aos atos particulares de cientificação da propositura da ação.

De outra parte, prevê-se no art. 3º do projeto de lei que a ação de dissolução seguirá o procedimento ordinário, mesmo que a sociedade a dissolver seja limitada, submetendo-se a ele os demais tipos societários.

Nos artigos 4º a 7º da proposição, busca-se disciplinar os atos decorrentes da sentença que decretar a dissolução mediante a adoção de sistemática mais simples, ágil e objetiva que propicie reduzir os atos processuais ao mínimo possível. O projeto simplifica ainda mais o procedimento da dissolução de sociedades empresárias em duas hipóteses: quando esta for microempresária ou empresária de pequeno porte ou se se tratar de sociedade de participação pura sem prazo determinado (art. 8º). Em relação àquelas, dispõe-se que o procedimento da ação será simplificado e que ao autor caberá a apresentação de um plano de dissolução. Se o demandado também apresentar plano diverso, caberá ao juiz decidir no interesse da sociedade (art. 9º). Em relação à sociedade de participação pura sem prazo determinado, após conceituá-la (art. 8º, parágrafo único), o projeto dispõe sobre formas simplificadas de realização do ativo (art. 10). Neste caso, estatui-se que os sócios se tornam responsáveis pelas obrigações da sociedade dissolvida, inclusive passivos trabalhistas e tributários (art. 10, § 1º, inciso III).

Por intermédio do art. 12 do projeto, busca-se também preencher lacuna existente no direito societário brasileiro ao se estabelecer os critérios para definição do crédito a que tem direito o sócio em relação ao qual a sociedade é resolvida. O valor deste crédito variará conforme seja julgado (a final ou por antecipação de tutela) existir ou inexistir causa para a resolução. Se houver causa para a resolução, o crédito do antigo sócio corresponderá ao valor de sua participação; se não houver, aos mesmos valores a que teria direito caso não tivesse sido praticado o ato de desligamento (lucros, dividendos, etc.). Duas importantes regras são estabelecidas em função do referido crédito: de um lado, o acréscimo dos juros e, de outro, a responsabilidade solidária dos sócios remanescentes.

No âmbito do art. 13 da proposição, propõe-se a adoção de norma que prevê a introdução da sociedade unipessoal em nosso ordenamento jurídico, a qual teria o condão de admitir a constituição e o

funcionamento de sociedade limitada com um único sócio pessoa física residente no País, bem como possibilitar que também mantenham tal característica as sociedades simples e as sociedades de advogados.

O art. 14 da proposição visa apenas a manter, com alterações, a norma hoje abrigada no art. 670 do Código de Processo Civil de 1939, que atribui ao Ministério Público a legitimidade para requerer em juízo a dissolução de sociedades ou pessoas jurídicas de direito privado que incorrerem em práticas ilegais.

Finalmente, o art. 15 do projeto prevê a revogação dos artigos 655 a 674 do Código de Processo Civil de 1939, que tratam da matéria processual que ora se pretende incorporar ao respectivo texto.

Por despacho da Presidência desta Câmara dos Deputados, a proposição foi distribuída para análise e pronunciamento às Comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio e de Constituição e Justiça e de Cidadania nos termos do que dispõe o art. 24, inciso II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados – RICD.

No âmbito da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, a proposição foi aprovada nos termos do parecer do relator com emendas que objetivaram o aprimoramento da iniciativa e que tratam de: I) alterar a redação proposta para o disposto no art. 1.053 do Código Civil para que nela se estabeleça que a sociedade limitada será regida pelas normas das sociedades anônimas não somente nas omissões do contrato social, mas também e primordialmente naquelas advindas de todas as regras instituídas no Código Civil sobre o assunto, mantendo-se expressamente, assim, a obrigatoriedade da observância a tais normas; II) simplificar o texto previsto para o art. 1.086, mantendo-se a redação original de seu *caput* e lhe acrescentando apenas um parágrafo único sem, porém, acarretar prejuízos substanciais ao conteúdo do projeto de lei; III) suprimir o respectivo art. 2º, que diz respeito a inovação quanto ao procedimento para citação que não ofereceria a segurança jurídica necessária ao aludido ato, traduzindo-se em vulnerabilidade a todo o procedimento; IV) suprimir também o respectivo art. 13, que trata da introdução da sociedade unipessoal no nosso ordenamento jurídico e cujo teor implicaria o completo abandono das idéias que revestem a respectiva natureza jurídica.

Consultando os andamentos relativos à tramitação da matéria no âmbito desta Comissão, observa-se que o prazo regimentalmente concedido para oferecimento de emendas se esgotou sem que qualquer uma houvesse sido em seu curso oferecida.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Compete a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania se pronunciar sobre o projeto de lei em tela e as emendas adotadas pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito nos termos regimentais.

O projeto de lei em análise encontra-se compreendido na competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal para legislar sobre direito civil e processual, sendo legítima a iniciativa e adequada a elaboração de lei ordinária para tratar da matéria (Art. 22, inciso I; Art. 48, *caput*; e Art. 61, *caput*, da Constituição Federal).

Não há óbices em seu texto pertinentes aos aspectos de constitucionalidade e juridicidade, tendo sido respeitadas as normas constitucionais, bem como os princípios e fundamentos do nosso ordenamento jurídico.

A técnica legislativa empregada no projeto de lei em exame não se encontra, contudo, de acordo com os ditames da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001. Entre outras irregularidades que devem ser sanadas, observa-se a ausência de um artigo inaugural que deveria enunciar o respectivo objeto e de uso da seqüência de letras maiúsculas NR entre parêntesis para indicar os dispositivos legais já existentes cuja redação se pretende então modificar.

Mencione-se que as emendas ao projeto de lei em tela adotadas pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio atendem igualmente aos critérios de constitucionalidade e juridicidade. Apenas

quanto à técnica legislativa, é que se impõem reparos, especialmente no texto daquela que trata de modificar a redação prevista no projeto de lei para o art. 1.086 do Código Civil.

No que diz respeito ao mérito do projeto de lei em análise, assinale-se ser bastante louvável o conteúdo de tal iniciativa, uma vez que o mesmo se sintoniza com as numerosas críticas e sugestões que têm sido amplamente sustentadas por empresários e especialistas em direito societário, os quais, lidando diariamente com as questões jurídicas que envolvem as sociedades limitadas em nosso País, reclamam por correções e aprimoramentos no campo das inovações que o novo Código Civil impôs às sociedades empresárias (que exercem atividades comerciais ou mercantis), especialmente às limitadas e anônimas, que figuram como modelos aqui majoritariamente adotados.

Desde 1919 até o início da vigência do novo Código Civil, a sociedade limitada esteve disciplinada pelo Decreto nº 3.708, do mesmo ano, que adotou o modelo societário que obteve mais aceitação pelo empresariado nacional, dada a sua simplicidade e a ausência de muitas exigências legais, o que facilitava enormemente o seu registro formal e dispensava maior sofisticação no controle contábil das operações do dia-a-dia. As poucas críticas feitas a tal diploma voltaram-se mais para importantes lacunas nele existentes, as quais exigiam o tratamento de muitas das matérias de interesse dos sócios como objeto de cláusula do contrato social e teriam, assim, despertado no legislador o propósito de incrementar a disciplina legal relativa às sociedades limitadas.

Com o advento do novo Código Civil – cuja vigência teve início em janeiro de 2003 –, modificou-se significativamente a disciplina das sociedades limitadas. Entretanto, as diversas normas erigidas pelo aludido diploma legal, estabelecidas principalmente com o objetivo de proteger a minoria societária ou de sanar as lacunas existentes, não apenas deixaram de atingir tal finalidade de modo satisfatório, como também tiveram o condão de complicar demasiadamente as questões jurídicas que envolvem a vida e o funcionamento de uma sociedade limitada. Além disso, as sociedades limitadas, que normalmente são microempresas ou empresas de pequeno porte, tiveram as suas despesas significativamente aumentadas para se ajustarem às novas exigências formais postas.

Surge, assim, a necessidade de se proceder a aprimoramentos no âmbito do Código Civil no tocante ao regramento das sociedades.

Neste sentido, é valiosa a pretendida alteração do art. 1.052 do Código Civil já referida, uma vez que o estabelecimento da responsabilidade solidária dos sócios pela integralização do capital social apenas em caso de falência se coaduna melhor com o espírito do aludido diploma legal, cujas normas sabidamente se voltam também para oferecer maior proteção ao sócio minoritário.

Com relação ao texto proposto para o art. 1.053 do Código Civil, é de se verificar que, de fato, a simples aplicação das normas que regem as sociedades simples – nas omissões da lei, tal como previsto no texto legal – tem criado de modo injustificado dois subtipos de sociedades limitadas, dependendo do fato de se valerem ou não da regência supletiva pelas normas que disciplinam as sociedades anônimas por disposição do contrato social. Todavia, a redação resultante de uma das emendas adotadas pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio parece ser mais acertada, visto que estatui que, tanto nas omissões do contrato social como também nas omissões do Capítulo destinado ao regramento das sociedades limitadas, aplicar-se-ão as normas que regem as sociedades anônimas, sem deixar, contudo, de mencionar expressamente os dispositivos (artigos 1.010, 1.024 e 1.028 a 1.038) do Código Civil aos quais permanecerão sujeitas as sociedades limitadas, muito embora se encontrem abrigados em outro capítulo.

No âmbito do *caput* do art. 1.072 e respectivo § 1º do Código Civil, a alteração desejada é simples e tem amplo alcance para possibilitar uma gestão mais fácil da sociedade à medida em que visa tornar facultativa a realização da assembléia ou reunião de sócios, restando, pois, ao contrato social estabelecer se as deliberações dependem da rígida formalização do evento sob forma de assembléia ou reunião ou se podem ser levadas a registro mediante qualquer instrumento escrito. Assim, apenas naquelas sociedades limitadas em que os sócios considerarem importante para a proteção dos seus interesses a realização da assembléia ou reunião, poderão eles obrigá-las no contrato social. Tal medida é extremamente prática e tende a agilizar os procedimentos destinados à tomada de deliberações nas sociedades limitadas.

Quanto à modificação prevista para o disposto no art. 1.076 do Código Civil, vale dizer que a mesma é de suma importância para as sociedades limitadas, posto que igualmente avança no propósito de se simplificar a sua gestão, eliminando os diferentes quóruns de deliberação dos sócios de sociedades limitadas estabelecidos em seus incisos, que restariam unificados todos em um só critério, qual seja, o de votos correspondentes a mais da metade do capital social, salvo se houver cláusula do contrato social que exija quórum maior. Assim, permitir-se-á aos sócios, quando negociarem a sociedade, estabelecer, para uma ou mais matérias em particular, um quórum mais elevado com vistas à proteção de seus interesses. Aliás, com a nova redação do dispositivo em tela e, por conseguinte, com a transformação da norma cogente nele atualmente prevista em supletiva, tornar-se-á válida até mesmo a adoção da cláusula de unanimidade, instrumento que já fora bastante utilizado para se proteger os interesses dos minoritários anteriormente ao início da vigência do novo Código Civil.

A alteração almejada do teor do art. 1.078 do Código Civil, proposta com o intuito de restringir a obrigatoriedade da assembleia anual para as sociedades limitadas integradas por mais de dez sócios, também se mostra preciosa, visto que também tem o condão de descomplicar o funcionamento das sociedades limitadas, sem prejuízo da necessária segurança jurídica ao seu bom funcionamento. Com efeito, apenas nas sociedades limitadas muito numerosas, é que, de fato, as deliberações da assembleia podem se revelar como o melhor instrumento de manifestação da vontade social e, por isso, convém manter, para elas, o critério geral do novo Código Civil (art. 1.072, § 1º), restringindo a obrigatoriedade, contudo, à realização de um encontro anual para votação das contas dos administradores.

Em relação à proposta legislativa para o texto do art. 1.079 do Código Civil, releva notar que seu mérito é incontestável, haja vista que, além de propiciar a supressão de disposições idênticas, terá o condão de introduzir em seu lugar norma que supre importante lacuna no direito societário brasileiro relativa à sociedade limitada de participação.

No que pertine à modificação pretendida no âmbito do *caput* e parágrafo único do art. 1.085 do Código Civil, cabe assinalar que a mesma é bastante relevante, uma vez que possibilitará a adoção, para a exclusão de sócios, da mesma sistemática que no projeto de lei em tela se

propõe reintroduzir relativamente às deliberações sociais com a nova redação sugerida para o art. 1.076 do mesmo diploma legal.

Quanto à alteração proposta pelo projeto de lei em tela para o disposto no art. 1.086 do Código Civil, vale mencionar que também é de grande importância, uma vez que propiciará a instituição de norma que discipline o cálculo da participação societária a que terá direito o sócio em relação ao qual a sociedade foi resolvida (em caso de morte, expulsão ou exercício do direito de retirada). Contudo, a redação objeto de uma das emendas adotadas pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio mostra-se mais apropriada, posto que tem o condão de simplificar a redação originalmente oferecida, mantendo a redação original de seu *caput* e lhe acrescentando apenas um parágrafo único sem, contudo, acarretar prejuízos substanciais ao teor do projeto de lei.

No âmbito do art. 1.089 do Código Civil, a alteração prevista no projeto de lei encontra-se plenamente justificada, uma vez que se especifica na redação pretendida quais são os artigos do Código Civil que se aplicarão às sociedades anônimas em razão da omissão da lei especial de regência deste tipo societário com o duplo objetivo de se evitar remissões gerais desaconselháveis no texto legal e de se eliminar possíveis dúvidas quanto à sua interpretação e aplicação.

No tocante às normas processuais previstas no projeto de lei, é de verificar que objetivam, de fato, lograr a modernização dos procedimentos relativos às ações de dissolução de sociedade e de resolução da mesma em relação a um dos sócios, já que a disciplina pertinente a tal matéria prevista em dispositivos do Código de Processo Civil de 1939 ainda vigentes até a presente data parece não mais se adequar aos dias atuais. Relevar, todavia, que tal regramento processual reclama ser aprimorado sobretudo com vistas à utilização de linguagem mais adequada à realidade do direito processual e à supressão da possibilidade de se atribuir os efeitos de uma citação determinada pelo juízo a atos particulares praticados pela parte autora, tal como, aliás, prevê uma das emendas adotadas à iniciativa pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio.

Finalmente, assinala-se que a norma do projeto de lei em análise que prevê a introdução da sociedade unipessoal em nosso ordenamento jurídico não merece ser acolhida, uma vez que não convém

estipular uma ficção legal tamanha que abandone por completo a natureza jurídica das sociedades, que sabidamente pressupõem a existência de duas ou mais pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica e a partilhar, entre si, os resultados advindos e o patrimônio.

Diante do exposto, vota-se pela constitucionalidade, juridicidade, adequada técnica legislativa e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.667, de 2004, na forma do substitutivo ora oferecido e cujo teor segue em anexo.

Sala da Comissão, em 30 de outubro de 2006.

Deputado MENDES RIBEIRO FILHO
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 3.667, DE 2004

Altera os artigos 1.052, 1.053, 1.072, 1.076, 1.078, 1.079, 1.085, 1.086 e 1.089 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil, e dispõe sobre as sociedades empresárias.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera os artigos 1.052, 1.053, 1.072, 1.076, 1.078, 1.079, 1.085, 1.086 e 1.089 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil, e dispõe sobre as sociedades empresárias.

Art. 2º Os artigos 1.052, 1.053, 1.072, 1.076, 1.078, 1.079, 1.085, 1.086 e 1.089 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1.052. Na sociedade limitada, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente, em caso de falência, pela integralização do capital social. (NR)”

“Art. 1.053. A sociedade limitada rege-se, nas omissões deste Capítulo e do contrato social, pelas normas que regem a sociedade anônima.

Parágrafo único. Em qualquer caso, aplicam-se à sociedade limitada os artigos 1.010, 1.024 e 1.028 a 1.038. (NR)”

“Art. 1.072. No contrato social, poderá ser estabelecido que as deliberações dos sócios serão tomadas em reunião ou assembléia convocada pelo administrador.

§ 1º Se o contrato social não obrigar a realização de reunião ou assembléia, as deliberações de interesse da sociedade serão tomadas sob a forma de qualquer instrumento escrito arquivado na Junta Comercial, observado o disposto no art. 1.076.

..... (NR)”

“Art. 1.076. As deliberações dos sócios serão tomadas pelos votos correspondentes a mais da metade do capital social, salvo se quórum superior for estabelecido no contrato social. (NR)”

“Art. 1.078. Quando o número de sócios for superior a dez, é obrigatória, nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, a realização de assembléia anual com o objetivo de:

..... (NR)”

“Art. 1.079. Quando houver empate em deliberação de sociedade limitada de participação acerca de voto a ser proferido em reunião ou assembléia de sociedade controlada, cada sócio da primeira poderá, exibindo a ata que comprova o impasse, participar da reunião ou assembléia da segunda e nela exercer o direito de voto correspondente às quotas ou ações de titularidade da controladora em quantidade proporcional à participação societária nesta detida. (NR)”

“Art. 1.085. O sócio minoritário que pôs em risco a continuidade da empresa poderá ser excluído da sociedade limitada por alteração contratual deliberada pela maioria dos sócios representativa de mais de metade do capital social.

Parágrafo único. Registrada a alteração contratual na Junta Comercial, a sociedade notificará o excluído do cálculo feito para definição do valor do reembolso. (NR)”

“Art. 1.086. Salvo disposição diversa no contrato social, em qualquer hipótese de resolução em relação a um de seus sócios, a sociedade procederá à apuração dos haveres nos termos do art. 1.031.

Parágrafo único. Para o exclusivo fim de reembolso das quotas do sócio excluído, o valor dos bens fungíveis ou infungíveis, direitos e obrigações objeto do balanço especial a que se refere o art. 1.031 serão obtidos mediante avaliação pelo preço de mercado em vigor à época de sua apuração e levantamento. (NR)”

“Art. 1.089. A sociedade anônima rege-se por lei especial, aplicando-se-lhe, nos casos omissos, as disposições deste Código, em especial os artigos 49, 50, 985 e 1.079. (NR)”

Art. 2º As ações de dissolução de sociedade empresária e de resolução de sociedade empresária em relação a um dos sócios observarão o disposto nesta Lei e, no que couber, o procedimento ordinário previsto no art. 282 e seguintes da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, exceto nas hipóteses previstas no art. 7º.

Art. 3º Após o trânsito em julgado da sentença de decretação da dissolução, o juiz, a pedido de qualquer das partes, nomeará o liquidante judicial.

Parágrafo único. Ao liquidante judicial aplicam-se as normas da lei sobre requisitos, impedimentos, investidura, remuneração, deveres e responsabilidade do administrador de sociedade.

Art. 4º O liquidante judicial, imediatamente após a investidura em suas funções, deverá:

I – comunicar à Junta Comercial acerca da liquidação da sociedade, bem como sobre sua nomeação e investidura;

II – proceder à arrecadação de todos os bens, direitos, livros e documentos da sociedade;

III – determinar a apuração, em 10 (dez) dias, do balanço patrimonial de encerramento.

Art. 5º Caso o balanço patrimonial de encerramento demonstre que os bens e direitos da sociedade superam as respectivas obrigações e que se mostram suficientes ainda para o pagamento da remuneração do liquidante judicial, este dará imediato início à realização daqueles e, assim que houver disponibilidades em caixa, à satisfação das obrigações sociais, observada a ordem dos credores na falência.

§ 1º Após o integral pagamento dos credores e de sua remuneração, o liquidante repartirá o acervo remanescente entre os sócios ou acionistas proporcionalmente à respectiva participação no capital social, salvo se, pela lei, contrato ou estatuto, deva prevalecer outro critério de divisão.

§ 2º Ao concluir os atos de liquidação ou se for dispensado, substituído ou destituído, o liquidante judicial prestará contas em dez dias diretamente aos sócios da sociedade dissolvida.

§ 3º A demora intencional, negligência ou imperícia na prática dos atos de liquidação, a omissão quanto à prestação de contas, o atraso ou a inconsistência ou falsidade daquela realizada somente poderão ser objeto de ação própria de sócios contra o liquidante judicial.

§ 4º Comprovando a prestação de contas aos sócios, o liquidante judicial requererá o arquivamento do feito de dissolução judicial.

Art. 6º Se o balanço patrimonial de encerramento demonstrar que os bens e direitos da sociedade não se mostram suficientes para a satisfação integral de suas obrigações e o pagamento da remuneração do liquidante, este requererá a falência da sociedade dissolvida, observando-se, nesta hipótese, o que dispõe a lei acerca do pedido formulado pelo próprio devedor.

§ 1º Decretada, por qualquer razão, a falência da sociedade dissolvida após a investidura do liquidante judicial em suas funções, o juiz o dispensará, fixando a sua remuneração proporcionalmente aos trabalhos realizados.

§ 2º A remuneração do liquidante judicial observará, na falência da sociedade dissolvida, a mesma classificação dos créditos trabalhistas.

Art. 7º Sujeitam-se à dissolução judicial pelos procedimentos simplificados disciplinados nesta Lei:

I – as sociedades microempresárias e empresárias de pequeno porte;

II – as sociedades de participação pura sem prazo determinado.

Parágrafo único. Considera-se de participação pura a sociedade empresária cujo objeto social é exclusivamente a participação como sócia ou acionista de outra ou outras sociedades.

Art. 8º Na dissolução de sociedade microempresária ou empresária de pequeno porte, observar-se-ão as seguintes normas:

I – a ação seguirá, no couber, o procedimento sumário adotado pelos artigos 275 a 281 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil;

II – o autor poderá oferecer com a petição inicial um plano de dissolução acompanhado, quando for o caso, de manifestação comprovada da vontade juridicamente vinculada de outras pessoas interessadas em adquirir bens ou direitos da sociedade ou mesmo a sua totalidade ou ainda assumir obrigações dela;

III – o réu poderá, no prazo de contestação, oferecer plano de dissolução diverso, desde que atendidos os mesmos requisitos;

IV – se julgar procedente a ação, o juiz aprovará o plano de dissolução que melhor atender aos interesses da sociedade e fixará prazo para a sua execução, consubstanciando a sentença título executivo.

Art. 9º Além das demais causas legalmente estabelecidas, pode determinar a dissolução da sociedade de participação pura sem prazo determinado a ocorrência de empate em votação de proposta com tal finalidade.

§ 1º Nas hipóteses previstas no *caput* deste artigo, o juiz, a pedido de qualquer um dos sócios ou acionistas, declarará a sociedade de participação pura dissolvida e determinará que a liquidação se proceda nos seguintes termos:

I – as ações ou quotas integrantes do patrimônio da sociedade de participação pura serão transmitidas, de imediato, à propriedade dos seus sócios ou acionistas, proporcionalmente à participação deles no capital social, observando-se, quando houver espécies e classes diferentes de ações, os mesmos critérios fixados para o exercício do direito de preferência na subscrição de valores mobiliários pelo art. 171, *caput* e § 1º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976;

II – se a sociedade de participação pura possuir dinheiro depositado em instituições financeiras ou quotas de fundos de investimentos financeiros, o juiz poderá determinar a sua transmissão aos respectivos sócios ou acionistas proporcionalmente à participação deles no capital social, desde que observadas as demais normas pertinentes e preservados os direitos de outras pessoas;

III – os sócios ou acionistas da sociedade de participação pura dissolvida se tornarão solidariamente responsáveis pelas obrigações passivas desta, inclusive as de natureza fiscal e trabalhista, bem como credores solidários por suas obrigações ativas, se houver.

§ 2º A dissolução e a liquidação judiciais da sociedade de participação pura decretada nos termos deste artigo prescindirá da nomeação de liquidante judicial e do pagamento das obrigações sociais.

Art. 10. A ação de resolução da sociedade em relação a um dos sócios poderá ser proposta:

I – pela sociedade limitada para a exclusão de sócio, quando não for admitida a sua realização por alteração contratual deliberada pela maioria de sócios representativa de mais da metade do capital social, ou para obstar o ingresso de sucessor de sócio falecido, inclusive cônjuge ou companheiro, quando, por lei ou contrato, couber a liquidação da quota;

II – pelo sócio minoritário que exerceu o direito de retirada ou pelo respectivo sucessor em caso de falecimento, quando não houverem sido atendidos pela sociedade limitada.

Art. 11. O sócio minoritário cujo vínculo societário é objeto da ação de resolução ou o respectivo sucessor em caso de falecimento terá direito de crédito perante a sociedade limitada correspondente:

I – ao valor da participação nos lucros auferidos durante a tramitação do processo, quando julgado inexistir causa para a resolução; e

II – ao valor patrimonial das quotas ou outro previsto em contrato social na data da retirada, falecimento ou expulsão apurado na forma dos artigos 1.031 e 1.086 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, quando houver o reconhecimento da existência de causa para a resolução.

§ 1º O crédito a que tem direito o sócio da limitada ou o respectivo sucessor em caso de falecimento será acrescido, em qualquer caso, de juros a partir do dia em que deveria ter sido pago.

§ 2º Os sócios remanescentes da sociedade limitada respondem solidariamente juntamente com esta pela satisfação do crédito do sócio ou respectivo sucessor em caso de falecimento.

Art. 12. A pessoa jurídica de direito privado que praticar ato ou promover atividade ilegais será dissolvida a pedido do Ministério Público.

Art. 13. Ficam revogados os artigos 655 a 674 do Decreto-Lei nº 1.608, de 18 de setembro de 1939.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2006.

Deputado MENDES RIBEIRO FILHO
Relator